

**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**  
**Proc. de Termos Licitações e Contratos -**

PARECER Nº: 0223/2016

PROCESSO:2016.02.000744

INTERESSADO: Gabinete de Projetos Especiais - GPE

ÓRGÃO DE ORIGEM: GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS

ASSUNTO: Consultiva Administrativa - Contratos Administrativos - Termo Aditivo - Acréscimo e supressão

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO.  
ADITIVOS E LIMITES DE ACRÉSCIMOS. OBRA PÚBLICA.  
ADEQUAÇÃO AOS LIMITES. LEGALIDADE.

Nos termos já expostos na Diligência n. 0041/2016 (fls. 123-124), trata-se de solicitação de elaboração de aditivo ao Contrato n. 131/2013, firmado entre o Município do Recife e a SEDENGE – Serviços de Engenharia LTDA, cujo objeto é a execução das obras e serviços de construção de UBS localizada na UR 04/05, na Cohab.

Inicialmente, é de ver-se que a já mencionada Diligência objetivou esclarecer a situação havida nos autos e, sobretudo, a questão dos limites possíveis de alteração contratual. No ponto – e após os questionamentos desse PTLC –, a Gerência Geral de Engenharia do Gabinete de Projetos Especiais veio aos autos e esclareceu as alterações pretendidas, especialmente em função da desoneração da planilha orçamentária e do acréscimo e supressão de serviços / itens, a totalizar aumento de R\$ 65.599,45 no 4º aditivo contratual e, em termos globais, a ensejar 24,22% de acréscimo em relação ao valor inicial do contrato.

Exposta a situação efetivamente ocorrida – e juntadas aos autos as ilações técnicas (pareceres técnicos de engenharia) que ensejaram a alteração / adequação contratual –, conclui-se pela adequação das alterações pretendidas, na linha já exposta nas fls. 123-124 e do pleito do consulente.

À consideração superior.

Recife, 13 de julho de 2016

Bruno Santos Cunha  
Matrícula 87.476-8